

Comentário do Gestor

Outubro foi um mês de performance desfavorável para ativos de países emergentes, dado a perspectiva de vitória de Trump, e potencial êxito republicano nas duas casas legislativas. O “Trump Trade” acabou sendo negativo para ativos de risco em geral, visto as propostas anunciadas de elevação de tarifas e diminuição de impostos, que acarretam em elevação do déficit fiscal. Apesar do início do ciclo de cortes pelo *Fed*, os títulos do Tesouro americano foram um dos ativos mais penalizados no período, mais do que revertendo o movimento de fechamento do mês anterior. Do lado positivo, *Bitcoin* atingiu máxima histórica e ações de tecnologia tiveram bom desempenho, pois são ativos beneficiados pela maior desregulamentação pregada pelo candidato republicano.

A curva americana de juros abriu durante o mês, pelos motivos elencados acima, com o vértice de 2 anos abrindo 53 pb (pontos-base), e o de 10 anos, 50 pb, terminando o mês em 4,28%. No mercado de renda fixa, os principais índices tiveram desempenhos mistos, o CDS brasileiro (“risco país”) abriu de 153 pb para 158 pb, e o *spread* dos títulos americanos de alto rendimento (*US High Yield*) abrindo de 329 pb para 336 pb. O DXY (Dólar Index - cesta de moedas contra o dólar americano) avançou 3,2% e, em relação aos mercados acionários, S&P 500 recuou 1,0% e Nasdaq 0,5%. O benchmark de volatilidade do S&P 500 (VIX) avançou de 16,73 do mês anterior para 23,16 no fechamento de outubro. No Brasil, o Ibovespa teve queda de 1,6% por receios sobre a saúde fiscal e bolsa mexicana recuou 3,5%, por maior ligação da cadeia produtiva local com os EUA. Em relação às moedas, o BRL desvalorizou 6,2% e o peso mexicano, 1,7%. Essa discrepância no desempenho relativo entre moedas e bolsas dos dois países se deve à profundidade e tamanho do mercado de câmbio brasileiro, além do peso mexicano já ter sido depreciado anteriormente, desde julho, devido à reforma judicial mexicana.

Nos Estados Unidos, a atividade econômica continua robusta, com o PIB do terceiro trimestre, em sua nova revisão, registrando elevação de 2,8% t/t anualizado, ante 3,0% t/t do segundo trimestre e levemente abaixo do consenso de 3,0% t/t. Já os dados de inflação continuam em direção à meta, com PCE a 2,1% a/a em setembro, em linha com consenso e em queda frente aos 2,3% a/a de agosto. O CPI registrou 2,4% a/a, acima do consenso de 2,3% a/a, mas em queda frente ao mês anterior, que teve leitura de 2,5% a/a. Já o núcleo continua a rodar acima do índice cheio, a 3,3% a/a, frente 3,2% a/a de consenso e do mês anterior. O mercado de trabalho continua a mostrar distensão, com taxa de desemprego estável em 4,1%, em linha com o esperado, e criação de 12 mil vagas em outubro, ante expectativa de criação de 100 mil vagas. Estes números apresentam ruídos, devido a greves e

desastres naturais. Porém, tivemos revisão significativa na geração de empregos dos dois meses anteriores, com redução líquida de vagas criadas em 112 mil.

Do lado político, tivemos não apenas a confirmação da vitória de Trump, mas também do êxito republicano em obter maioria tanto na Câmara quanto no Senado. Nesse cenário, Trump será um presidente que terá mais poder do que qualquer líder americano recente e poderá aprovar tudo aquilo que quiser, tendo maioria nas duas casas e na Suprema Corte.

Com reprecificação da curva de juros americana, que teve abertura relevante durante o mês, o mercado passou a precificar corte de 25 pb pelo *Fed*, após ter iniciado ciclo com 50 pb. Os dados mais benignos de inflação e do mercado de trabalho não foram suficientes para o *FOMC* continuar com o ritmo de corte de 50 pb. No dia 7 de novembro, o comitê anunciou corte de 25 pb.

Já na Europa, investidores continuam a apostar em cortes seguidos de 25 pb pelo BCE, em um ambiente econômico de inflação na meta e atividade claudicante, devido à perda de fôlego e produtividade da indústria alemã. Na China, o Governo continua sua batalha para frear desaceleração da atividade, com anúncios seguidos de estímulos. O PIB do terceiro trimestre registrou alta de 4,6% a/a, ante consenso de 4,5% a/a, puxada pela produção industrial e vendas no varejo. Minério de ferro, embalado pelo PIB e apoio governamental, subiu dois dígitos no mês.

Pela América Latina, ficou claro que o Trump Trade penalizou as principais economias da região. Além do cenário global de fortalecimento do dólar, ainda existem as idiossincrasias de cada país, como a frágil situação fiscal brasileira, a heterodoxa e autoritária reforma judicial mexicana, e a elevação relevante das despesas (aproximadamente 10% do PIB) para estados e municípios na Colômbia.

Em relação à política monetária local, continua o movimento contrário entre o juro básico do nosso Banco Central e os dos pares da região. O BC brasileiro, na reunião de novembro, acelerou o ritmo de alta de juro, passando de 25 pb para 50 pb de alta, frisando o ambiente externo desafiador, percepção dos investidores sobre o cenário fiscal e deterioração das expectativas de inflação. Já os nossos pares continuam seus processos de alívio monetário, com BanRep (Colômbia) cortando mais 50 pb, para 9,75% (de 13,25% no início do ciclo), mesmo com inflação fora da meta (5,81% a/a). Banxico (México) mantendo corte 25 pb, reduzindo para 10,50%, de 11,25% iniciais. Banco Central do Chile cortando mais 25 pb, para 5,25%, tendo começado o ajuste quando o juro básico estava em 11,25%.

No Brasil, continuam os receios dos investidores com a trajetória de endividamento do país. O pacote de corte de despesas a ser anunciado pelo Governo parece mais focada em fiscalização de programas já existentes, readequação de rubricas, e talvez a desvinculação dos pisos da saúde e educação, que seria a medida mais positiva na visão do mercado. Além disso, provavelmente, para melhorar o número fechado das contas em 2024, dividendos da Petrobras e do BNDES devem adicionar receitas para diminuir o déficit. Em relação aos dados de atividade, produção industrial (+3,4% a/a) e vendas no varejo (+5,1% a/a) corroboram os bons dados do PIB e do IBC-Br, que vem amenizando a piora fiscal na métrica endividamento/PIB.

Desempenho do fundo

O fundo teve rentabilidade de -0,02% no mês, ante CDI de 0,93%. Nos últimos 12 meses, a cota do fundo valorizou 17,54%, contra um CDI de 10,98%, equivalente a 160% do CDI. A volatilidade para esse mesmo período foi de 2,94%. O fundo está com sua duration consolidada em 5,3 anos e uma carteira de *bonds* com *yield* de 7,28% em dólares. As maiores posições do fundo são: Brasil (soberano), Cosan, Minerva, LD Celulose e Vale.

Salientamos que o fundo está bem posicionado para enfrentar os desafios de curto e médio prazos e que nossa gestão continua especialmente ativa, pronta para agir caso o cenário corrente se desvie de nossas expectativas.



OBJETIVO DO FUNDO

O fundo Octante Crédito Privado II FIC FIM IE prevê a aplicação de no mínimo 95% do seu PL nas cotas do Octante Crédito Privado Master FIM IE, que tem como objetivo rendimentos superiores ao CDI no longo prazo, através de investimentos em *bonds* corporativos e soberanos da América Latina, concentrado em Brasil, com proteção cambial.

HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

Retornos mensais	Fundo	CDI	%CDI
Desde o início	55,97%	45,06%	124%
Últimos 12 meses	17,89%	10,98%	163%
out-24	0,02%	0,93%	2%
set-24	1,68%	0,83%	202%
ago-24	1,85%	0,87%	213%
jul-24	1,51%	0,91%	166%
jun-24	0,36%	0,79%	46%
mai-24	1,60%	0,83%	193%
abr-24	-0,81%	0,89%	-
mar-24	1,39%	0,83%	167%
fev-24	1,39%	0,80%	174%
jan-24	0,22%	0,97%	23%
dez-23	3,68%	0,90%	409%
nov-23	3,77%	0,92%	410%

Retornos anuais	Fundo	CDI	%CDI
2024	9,58%	8,99%	106%
2023	13,78%	13,05%	106%
2022	14,54%	12,37%	118%
2021	4,76%	4,40%	108%
2020*	5,54%	0,36%	1542%

*desde 22/10/2020

INFORMAÇÕES GERAIS

Investimento Mínimo	R\$ 250.000,00
Movimentação Mínima	R\$ 1.000,00
Taxa de Administração*	1,00% ao ano
Taxa de Performance	20% do que exceder 100% do CDI
Classificação Anbima	Multimercados Investimento no Exterior
Horário limite para aplicação	14:00 horas
Cota do Resgate	D+28 dias corridos
Pagamento do Resgate	D+2 da cotação
Banco	Itaú Unibanco (341)
Agência	8541
Conta	45546-8
CNPJ	35.727.113/0001-78
Favorecido	Octante Crédito Privado FIC II FIM IE
Gestor	Octante Gestão de Recursos Ltda
Administrador	INTRAG
Custodiante	Banco Itaú S.A.
Auditor	PWC
ISIN	BR05L4CTF000

*Taxa de administração total de 1.01% a.a., sendo 0,51% a.a sobre o Octante Crédito Privado II FIC FIM IE, acrescido de 0,50% sobre o Octante Crédito Privado Master FIM IE

As informações contidas nesse material são de caráter exclusivamente informativo. Fundos de investimento não contam com garantia do administrador do fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do fundo garantidor de crédito - FGC. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do regulamento do fundo de investimento ao aplicar seus recursos. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura e a rentabilidade divulgada não é líquida de impostos. Não há garantia de que este fundo terá o tratamento tributário para fundos de longo prazo. Os fundos de crédito privado estão sujeitos a risco de perda substancial de seu patrimônio líquido em caso de eventos que acarretem o não pagamento dos ativos integrantes de sua carteira, inclusive por força de intervenção, liquidação, regime de administração temporária, falência, recuperação judicial dos emissores responsáveis pelos ativos do Fundo.

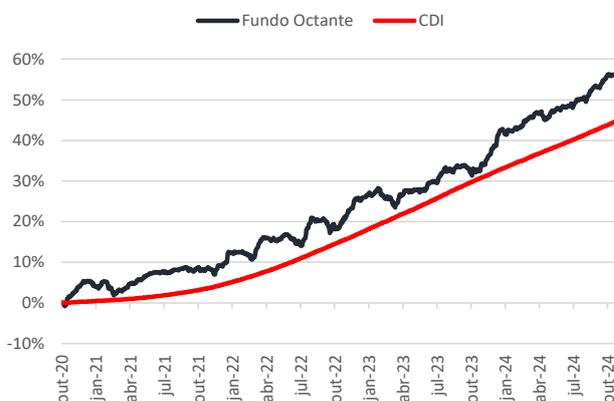
PÚBLICO ALVO

O fundo se destina a receber, exclusivamente, aplicações de investidores qualificados.

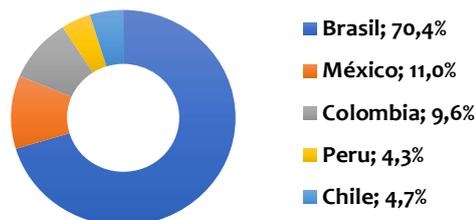
ESTATÍSTICAS DO FUNDO

% de Meses de Retorno Positivo	71,4%
% de Meses de Retorno Negativo	28,6%
Volatilidade no Mês (Anualizada)	1,54%
Volatilidade 12 Meses (Anualizada)	2,91%
Índice Sharpe 12 meses	2,38
Valor da Cota em 31 de Outubro de 2024	6.841,70
PL em 31 de Outubro de 2024	64.101.805
PL Médio (12 meses)	63.158.244
PL do Master em 31 de Outubro de 2024	114.660.916
Yield da Carteira de Bonds em USD	7,28%
Duration Média Consolidada	5,28 anos

RENTABILIDADE HISTÓRICA



COMPOSIÇÃO POR PAÍS



Composição por país da carteira de bonds

COMPOSIÇÃO SETORIAL

